



MARAU – RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU - RIO GRANDE
DO SUL - RS

Professor de Educação Infantil

CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2024

CÓD: OP-077DZ-24
7908403566259

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	20
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	24
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	27
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente, conforme Decreto 6.583/2012) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	29
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	32
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	35
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	40
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	45
11. Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	49
12. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	53

Conhecimentos Gerais

1. Cultura popular, personalidades, pontos turísticos, organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do IBGE, hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes, fauna e flora locais, hidrografia e relevo, clima, matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte, unidades de conservação, história e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca.....	63
2. Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como globalização, segurança, transportes, política, economia, esporte, agricultura, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, ciências naturais meio ambiente, desenvolvimento sustentável, consciência ambiental, ecologia e geografia física.....	91

Legislação / Estrutura e Funcionamento

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	95
2. Estatuto da Criança e do adolescente.....	114
3. Parâmetros Curriculares Nacionais	154
4. Plano Nacional de Educação	195
5. Plano Nacional de Educação Digital	210
6. Base Nacional Comum Curricular	213
7. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	255

8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.....	265
9. Ministério da Educação: Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais	274
10. Lei nº: 7.853/1989 – Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência	275
11. Plano de Carreira do Magistério do Município	278

Fundamentos da Educação

1. Educação: Desafios atuais.....	291
2. Metodologias Ativas	299
3. Os impactos e a importância da educação 3.0, 4.0 e 5.0.....	300
4. Ensino Híbrido: Modelos sustentados e modelos disruptivos	303
5. Cidadania digital: educando para o uso consciente da internet	303
6. Educação na era digital	304
7. Escola do futuro: como será, tendências e perspectivas	312
8. Mediação da aprendizagem.....	313
9. Didática e metodologia do ensino	319
10. Teorias da aprendizagem	321
11. Tendências pedagógicas.....	325
12. Projeto Político Pedagógico	327
13. Currículo	328
14. Plano de aula	334
15. Processo educativo	337
16. Gestão e planejamento escolar	338
17. Avaliação da aprendizagem, instrumentos avaliativos e tipos de avaliação	340
18. Inclusão escolar e diversidade cultural	341
19. Processo ensino aprendizagem.....	342
20. Gestão da aprendizagem em sala de aula.....	345
21. O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem	353
22. Didática e a Formação docente.....	354
23. Interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade	356
24. Modelos de Jantsch	356
25. Educar pela Pesquisa.....	357

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Infantil

1. História da Educação Infantil	363
2. Concepções de criança, infância e Educação Infantil.....	363
3. O Cuidar e o Educar	366
4. A organização dos tempos, dos espaços e dos materiais na Educação Infantil	368

ÍNDICE

5. A importância do Brincar na Educação Infantil.....	370
6. Documentação Pedagógica.....	371
7. O Currículo na Educação Infantil.....	372
8. Os Projetos na Educação Infantil.....	376
9. A arte e a musicalidade na Educação Infantil.....	376
10. Movimento e corporeidade na Educação Infantil.....	378
11. O Cesto dos Tesouros e o Brincar Heurístico	385
12. A avaliação na Educação Infantil.....	386

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENEIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

▪ **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

Características dos gêneros textuais:

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

▪ A função do gênero textual define seu propósito principal.
▪ **Ex.:** Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

▪ Refere-se à organização típica do gênero.
▪ **Ex.:** Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

▪ Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.
▪ **Ex.:** Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

▪ Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

▪ Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.
▪ **Ex.:** Um editorial escrito durante uma crise política reflete uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

▪ Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.
▪ **Ex.:** Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

▪ **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.
▪ **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.
▪ **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo. O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► O que é um fato?

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

▪ Exemplo: “A Terra orbita ao redor do Sol.”

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ Marcas linguísticas típicas de um fato:

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

- Ex.: “O Brasil é o maior exportador de café do mundo.”
- Presença de dados e números.
- Ex.: “Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%.”

► O que é uma opinião?

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

▪ Exemplo: “O café brasileiro é o melhor do mundo.”

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ Marcas linguísticas típicas de uma opinião:

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

- Ex.: “Este filme é incrivelmente emocionante.”

Presença de verbos de opinião ou crença, como “achar”, “acreditar”, “considerar”.

- Ex.: “Eu acho que essa proposta é injusta.”

► A relevância da distinção

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

- **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

- **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.

- **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► Exemplos práticos de distinção

Notícia jornalística:

- Fato: “A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%.”
- Opinião: “Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia.”

Discurso publicitário:

- Fato: “Este carro possui um motor de 200 cavalos.”
- Opinião: “Este é o melhor carro da categoria.”

Como identificar e analisar fatos e opiniões

Verificar fontes:

- Um fato deve ter respaldo em fontes confiáveis e verificáveis.
- Ex.: Dados fornecidos por instituições como IBGE ou ONU têm maior credibilidade.

Reconhecer marcadores subjetivos:

- Palavras como “excelente”, “terrível”, “justo” e “injusto” indicam opinião.

Considerar o gênero textual:

- Textos opinativos (editoriais, colunas de opinião) têm como objetivo persuadir, enquanto textos informativos (notícias, relatórios) priorizam a neutralidade.

Contextualizar informações:

- Um mesmo dado pode ser usado para apoiar diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é apresentado.

Compreender a distinção entre fato e opinião é uma habilidade indispensável para interpretar textos de forma crítica, identificar intencionalidades e avaliar a validade das informações. Essa capacidade é particularmente relevante em uma sociedade marcada pela sobrecarga informacional e pelo risco de manipulação discursiva, tornando o leitor mais apto a participar ativamente do debate público e a formar opiniões fundamentadas.

INTENCIONALIDADE DISCURSIVA E ANÁLISE DE IMPLÍCITOS

A intencionalidade discursiva e a análise de implícitos são conceitos centrais para compreender as nuances de sentido que um texto pode produzir. Esses aspectos refletem escolhas estratégicas do emissor para persuadir, informar, emocionar ou influenciar o receptor, muitas vezes de maneira sutil.

Segundo Eni Orlandi, o discurso é sempre intencional e situa-se em um contexto histórico, cultural e social, carregando significados explícitos e implícitos que requerem uma leitura crítica.

► O que é intencionalidade discursiva?

A intencionalidade discursiva refere-se ao objetivo do emissor ao produzir um texto ou fala. Essa intenção pode ser explícita, indicada de forma clara no discurso, ou implícita, sugerida por escolhas linguísticas e contextuais.

Objetivos comuns:

- **Informar:** Transmitir conhecimento ou dados.
- **Persuadir:** Convencer o interlocutor de uma ideia ou opinião.
- **Criticar:** Apontar falhas ou incongruências.
- **Entreter:** Captar e manter a atenção do público.

Exemplo:

Em um discurso político, a intencionalidade pode ser persuadir os eleitores, enquanto em um texto humorístico, o objetivo pode ser provocar riso.

► Análise de implícitos e subentendidos

Os implícitos são elementos do discurso que não estão claramente ditos, mas que podem ser inferidos pelo receptor com base no contexto, no conhecimento de mundo e nas marcas linguísticas presentes.

- **Implícitos convencionais:** Relacionam-se a expressões que, por convenção, carregam significados adicionais.
- **Exemplo:** “João finalmente conseguiu o emprego.” A palavra finalmente sugere que houve dificuldade ou demora no processo.
- **Subentendidos contextuais:** Dependem do contexto em que o discurso ocorre.
- **Exemplo:** “Será que todos cumpriram seus deveres?” (dito por um professor em sala de aula).
- **Subentendido:** Alguns alunos podem não ter feito a tarefa.

Pressupostos:

- São ideias aceitas como verdade pelo emissor e pelo receptor sem serem explicitamente discutidas.
- **Exemplo:** “Ela voltou a escrever.”
- Pressupõe que a pessoa havia parado de escrever.

Silêncios estratégicos:

- Omissões intencionais que convidam o leitor ou ouvinte a preencher as lacunas com inferências.
- **Exemplo:** “Depois de tudo o que aconteceu, não preciso dizer mais nada.”
- Sugere que o contexto já explica os eventos.

► Estratégias discursivas para construção de implícitos

Escolha lexical:

- Certas palavras ou expressões carregam significados adicionais que contribuem para a criação de implícitos.
- **Ex.:** “O governo ainda não solucionou o problema.” (Ainda sugere que houve tempo suficiente para a solução, mas ela não ocorreu.)

Ironia e sarcasmo:

- Utilizam-se de um significado literal para produzir um sentido contrário.
- **Ex.:** “Que belo trabalho você fez!” (diante de um erro evidente).

Figuras de linguagem:

- Como metáforas, hipérboles e eufemismos, que ampliam ou disfarçam significados.
- **Ex.:** “Ele partiu para um lugar melhor.” (Eufemismo para a morte).

► A relação entre intencionalidade e implícitos

A intencionalidade discursiva muitas vezes se concretiza por meio de implícitos, uma vez que estes permitem ao emissor transmitir mensagens sem confrontar diretamente o receptor. Essa estratégia pode ser utilizada para:

Evasão de responsabilidade:

- **Ex.:** “Há quem diga que esta decisão não foi justa.”
- Sugere uma crítica sem atribuí-la diretamente ao emissor.

Manipulação sutil:

- **Ex.:** “Acreditamos que pessoas educadas sabem como se comportar.”
- Sugere que o interlocutor pode não estar se comportando adequadamente.

► A importância da análise de implícitos na leitura crítica

Compreender implícitos é essencial para uma leitura crítica, pois permite ao leitor:

- **Desvelar intenções ocultas:** Identificar quando um discurso aparentemente neutro está promovendo uma ideologia ou opinião.
- **Evitar manipulações discursivas:** Reconhecer mensagens subliminares que buscam influenciar sem explicitar argumentos.
- **Aprofundar a compreensão textual:** Perceber significados adicionais que enriquecem a interpretação.

► Exemplos práticos

Texto publicitário:

- **Frase:** “Este sabão em pó faz milagres!”
- **Implícito:** O sabão em pó é extremamente eficiente, muito mais que outros produtos.

Discurso político:

- **Frase:** “Não vamos permitir que certas práticas continuem a prejudicar o cidadão de bem.”
- **Implícito:** Existem práticas sendo realizadas que prejudicam a sociedade, embora não sejam especificadas.

A análise da intencionalidade discursiva e dos implícitos permite uma compreensão mais ampla e crítica dos textos. Por meio de estratégias linguísticas, o emissor pode influenciar, sugerir e até manipular o receptor, destacando a importância de uma leitura cuidadosa e contextualizada.

Aprofundar-se nesses conceitos é um passo essencial para interpretar discursos em diferentes gêneros textuais e identificar os efeitos de sentido intencionais e não intencionais.

EFEITOS DE SENTIDO E RECURSOS ARGUMENTATIVOS

Os efeitos de sentido e os recursos argumentativos são componentes essenciais para a compreensão e análise dos textos, especialmente nos gêneros em que o objetivo é convencer, emocionar ou persuadir o leitor. Esses aspectos dizem respeito

às escolhas linguísticas e discursivas feitas pelo autor para construir uma mensagem eficiente e gerar impactos específicos no interlocutor.

Segundo Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch, essas escolhas não são aleatórias, mas estrategicamente planejadas para atingir diferentes finalidades comunicativas.

► O que são efeitos de sentido?

Os efeitos de sentido são os impactos interpretativos gerados pelo texto no leitor ou ouvinte. Eles resultam das interações entre os elementos linguísticos (palavras, estruturas gramaticais) e contextuais (cultura, ideologias, conhecimentos prévios). Os efeitos podem ser diversos, como:

▪ **Persuasão:** Induzir o receptor a concordar com um ponto de vista.

▪ **Ex.:** “Somente com sua ajuda poderemos salvar vidas.”

▪ **Efeito:** Apelo emocional que busca engajamento.

▪ **Ironia e humor:** Criar sentidos inesperados ou divertidos.

▪ **Ex.:** “Porque nada diz ‘eficiência’ como três reuniões para resolver um problema.”

▪ **Efeito:** Crítica disfarçada em tom humorístico.

▪ **Solenidade:** Conferir gravidade e seriedade à mensagem.

▪ **Ex.:** “A justiça não pode ser negociada.”

▪ **Efeito:** Ressalta valores éticos universais.

▪ **Empatia e proximidade:** Estabelecer conexão emocional com o público.

▪ **Ex.:** “Nós entendemos suas necessidades, porque também somos como você.”

▪ **Efeito:** Gera identificação e confiança.

► Recursos argumentativos e sua função

Os recursos argumentativos são as estratégias utilizadas pelo autor para sustentar seu ponto de vista e influenciar o receptor. São indispensáveis nos textos argumentativos e podem ser verbais (linguagem) ou não verbais (imagens, gráficos, layout). Abaixo, listamos alguns recursos frequentes e seus efeitos de sentido:

Argumento de autoridade:

Baseia-se na citação de especialistas ou instituições renomadas.

▪ **Ex.:** “Segundo a Organização Mundial da Saúde, a vacinação reduz 95% dos casos graves.”

▪ **Efeito:** Confere credibilidade e reforça a confiança na informação.

Apelo à lógica (logos):

Utiliza dados, estatísticas e raciocínios lógicos.

▪ **Ex.:** “Se economizarmos 20% de energia por mês, reduziremos a conta de luz em 40% no ano.”

▪ **Efeito:** Convence pela racionalidade.

Apelo emocional (pathos):

Explora sentimentos como medo, esperança, tristeza ou alegria.

▪ **Ex.:** “Imagine como seria perder tudo em um incêndio. Proteja sua casa agora.”

▪ **Efeito:** Gera impacto emocional e engajamento imediato.

Exemplo e ilustração:

Apresenta casos específicos para validar uma ideia.

▪ **Ex.:** “Maria enfrentou dificuldades, mas, com esforço, conquistou sua independência financeira.”

▪ **Efeito:** Torna o argumento mais palpável e próximo da realidade.

Contra-argumentação:

Antecipação e refutação de possíveis objeções.

▪ **Ex.:** “Embora alguns digam que a tecnologia isola as pessoas, ela também aproxima famílias que vivem longe.”

▪ **Efeito:** Fortalece a posição do autor ao lidar com críticas.

Figuras de linguagem:

Embelezam ou ampliam o sentido do texto, como metáforas, hipérbolos e antíteses.

▪ **Ex.:** “A fome é uma sombra que devora o futuro de milhões.”

▪ **Efeito:** Torna a mensagem mais impactante e memorável.

Uso de conectores argumentativos:

Organizam e estruturam o discurso, indicando relações lógicas.

▪ **Ex.:** “Portanto”, “contudo”, “além disso”, “porque”.

▪ **Efeito:** Facilita a compreensão e reforça a coesão textual.

Efeitos de sentido no uso da linguagem

As escolhas linguísticas, como vocabulário e construção sintática, são fundamentais para a criação de efeitos de sentido. Alguns aspectos relevantes incluem:

Adjetivação:

Desempenha papel crucial ao transmitir juízos de valor.

▪ **Ex.:** “Uma reforma trabalhista justa e necessária.”

▪ **Efeito:** Valoriza a reforma e induz a aceitação.

Modalizadores:

Palavras ou expressões que indicam grau de certeza, possibilidade ou dúvida.

▪ **Ex.:** “Certamente, essa é a melhor escolha para todos.”

▪ **Efeito:** Reforça a confiança do leitor na afirmação.

Ironia:

Diz algo para sugerir o oposto.

▪ **Ex.:** “Que maravilha ficar preso no trânsito por horas!”

▪ **Efeito:** Provoca reflexão crítica ou humor.

Interrogação retórica:

Perguntas que não esperam resposta literal, mas convidam à reflexão.

▪ **Ex.:** “Quem não quer um futuro melhor para seus filhos?”

▪ **Efeito:** Engaja o receptor emocionalmente.

CONHECIMENTOS GERAIS

CULTURA POPULAR, PERSONALIDADES, PONTOS TURÍSTICOS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL, DIVISÃO POLÍTICA, REGIÕES ADMINISTRATIVAS, REGIONALIZAÇÃO DO IBGE, HIERARQUIA URBANA, SÍMBOLOS, ESTRUTURA DOS PODERES, FAUNA E FLORA LOCAIS, HIDROGRAFIA E RELEVO, CLIMA, MATRIZ PRODUTIVA, MATRIZ ENERGÉTICA E MATRIZ DE TRANSPORTE, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO PAÍS, ESTADO, DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO QUE O CERCA

BRASIL HISTÓRIA DO BRASIL

— Resumo

– A Era das Grandes Navegações (séculos XV e XVI) foi o processo que viabilizou a chegada dos portugueses ao território brasileiro.

– O território conhecido como Monte Pascoal, na Bahia, foi a primeira visão dos portugueses, na data de 22 de abril de 1500.

– A Carta de Pero Vaz de Caminha é o registro oficial de toda a constituição das terras brasileiras à primeira vista.

– Ilha de Vera Cruz foi o primeiro nome que os colonizadores deram à terra descoberta, antes de decidirem chamá-la de Brasil, em referência à resina presente árvore de tronco avermelhado e abundante no terreno, o Pau-Brasil.

– Pedro Álvares Cabral liderou a expedição formada por 1.200 homens distribuídos em 13 embarcações.

– No dia 26 de abril de 1500, foi realizada a primeira missa em território brasileiro.

– Em 1º de maio, os exploradores partiram para a Índia, seu destino inicial.

— Contextualização

As Grandes Navegações: as constantes expedições exploratórias foram organizadas e empreendidas pelos portugueses no século XV e se estenderam até o século seguinte na extensão do Oceano Atlântico. Os principais fatores que favoreceram essa iniciativa foram:

– Unificação territorial: as terras portuguesas foram fixadas no século XIII, com a tomada da região Sul de Portugal, que estavam em posse dos mouros, pelo então Rei D. Afonso III.

– Revolução de Avis: ocorrida no final do século XIV (1383-1385), essa reforma encerrou a dinastia Borgonha e deu início à dinastia de Avis (João, o mestre de Avis, passou a ser o Rei de Portugal).

– Estabilidade Política: a partir da Revolução, o governo português vivenciou uma grande solidez, o que viabilizou o desenvolvimento marítimo, entre outros avanços comerciais e tecnológicos.

– Geografia: a localização geográfica de Portugal favorecia o acesso às correntes oceânicas do Atlântico, o que, além de tudo, fazia de Lisboa um importante centro do comércio.

– Fechamento da via habitual que levava ao Oriente: em meados do século XVI, Portugal usufruía de mercadorias que eram raras na Europa, mas abundantes na Ásia. Incensos, perfumes, especiarias como noz-moscada e pimenta do reino era muito valiosas. Por isso, com o fechamento da rota antiga, que passava pela cidade italiana de Constantinopla, os portugueses precisaram empenhar-se na exploração dos oceanos.

Tratado de Tordesilhas: acordo feito entre espanhóis e portugueses, que, como base em uma linha imaginária, dividiu o “Novo Continente”, como eram chamadas as terras da América do Sul.

– Expedição Espanhola: os portugueses foram pioneiros na exploração dos oceanos e, naturalmente, donos das maiores descobertas. A expedição de Cristóvão Colombo, iniciada em outubro de 1492 e subsidiada pelo governo espanhol, foi a única exceção do predomínio português nessas empreitadas.

– Disputa: após a chegada de Colombo à América (1492), os territórios descobertos passaram a ser concorridos entre espanhóis e portugueses. Na tentativa de reprimir a expansão de seus concorrentes, Portugal propôs acordos que ficaram conhecidos como **Inter Caetera** (1493) e **Tratado de Tordesilhas** (1494). Os contratos dividiram as terras recém descobertas entre as duas nações, sendo que o segundo determinou a divisão da seguinte forma: os territórios a oeste da linha pertenceriam à Espanha; a extensão a leste ficariam com Portugal.

– **Brasil colônia (1530–1815): Capitânicas hereditárias, economia, extrativismo vegetal, extrativismo mineral, pecuária, escravidão, organização político-administrativa, expansão territorial**

Capitânicas Hereditárias: assim eram chamadas as divisões de terras que, juntas, formaram a primeira administração territorial implantada pelo Rei João III, no ano de 1534, durante o período de colonização da América Portuguesa. No processo, 15 áreas foram separadas, formando 14 capitânicas (a de São Vicente foi dividida em duas); estas foram cedidas aos beneficiários, nobres cidadãos portugueses. A estruturação do território em capitânicas, que se estendiam de norte ao sul por toda extensão continental brasileira, não se sustentou por um longo período, tendo seu fim com o surgimento do Governo Federal, em 1548.

– Administração: parte dos poderes do rei era outorgada aos chamados donatários, que, com isso, ficavam responsáveis pela governança do local, e, como contrapartida, arrecadavam tributos dos habitantes, tendo que repassar à coroa portuguesa parte dessa arrecadação.

– Donatário: era a principal autoridade da capitania, sendo encarregado de pelo seu desenvolvimento autônomo (ou seja, sem auxílio financeiro).

– Vínculo formal: a relação era legalizada entre cada donatário e a Coroa portuguesa por meio de dois documentos: a Carta de Doação, que outorgava a propriedade, e a Carta Foral, que estabelecia os direitos e os deveres de cada uma das partes.

Economia: a economia do Brasil colonial se desenvolveu no ápice do mercantilismo, e se firmou sobre três eixos: as grandes propriedades, o fornecimento de cana-de-açúcar e outros itens alimentícios à metrópole e a extração de metais preciosos. Este último se dava, fundamentalmente, com base no trabalho escravo. Os interesses comerciais da Coroa, a quem eram destinadas as atividades econômicas, estas eram predominantemente baseados em políticas comerciais voltadas para os mercados estrangeiros, com vistas monopolização e à arrecadação de tributos à coroa. As atividades econômicas do período foram:

– exploração do pau-brasil: foi a primeira atividade econômica do Brasil Colonial, mas não se prolongou por muito tempo, pois a madeira entrou em escassez na região da Mata Atlântica, devido à extração desenfreada

- tráfico negreiro
- cultivo de cana-de-açúcar
- mineração
- exploração de diamantes
- pecuária
- agricultura diversificada: cultivo, produção e exportação de produtos como tabaco, algodão, tabaco e cacau, principalmente
- cultivo e exportação de café

Extrativismo vegetal: basicamente, o termo extrativismo engloba o universo de atividade de colheita de produtos da natureza, sejam de origem mineral, animal ou vegetal (por exemplo, madeira, frutos, raízes e látex). Foi a primeira atividade econômica da Humanidade, precursora da pecuária e da agricultura. A atividade extrativista é realizada em tipos de plantas que nascem espontaneamente na natureza (sem a necessidade de cultivo pelo ser humano). No Brasil Colônia, a retirada do pau-brasil era a principal prática do extrativismo.

Extrativismo mineral: desde a era colonial, a mineração é responsável pelos produtos que mais são exportados pelo Brasil, constituindo-se em uma pauta muito relevante para abalança comercial brasileira. A presença de diversos minérios no solo, como ferro, ouro, prata, alumínio, zinco, manganês, cromo, níquel e tungstênio, foi o que favoreceu o extrativismo no território brasileiro.

Pecuária: as primeiras reses foram trazidas pelos portugueses para auxiliar no transporte de pessoas e carregamentos, para consumo alimentar e para realização de tração animal, ou seja, a criação de animais como atividade econômica teve seu início no Brasil já no processo de colonização. A quantidade de gado em terras brasileiras expandiu-se em pouco tempo, o que levou a um impasse com os cultivadores de cana-de-açúcar, pois a população bovina começou a invadir os campos que estavam destinados à atividade açucareira. Esse problema foi resolvido com a concentração do gado apenas nas áreas do interior, pois a cana-de-açúcar se desenvolvia melhor em regiões litorâneas.

Escravidão: o trabalho escravo e o tráfico de escravizados eram a base da economia do Brasil colonial. Na metade do século XVI, ocasião em que a escassez de pau-brasil levou à substituição dessa atividade pelo cultivo da cana-de-açúcar, ocorreram as primeiras tentativas de escravização dos povos indígenas. O trabalho compulsório dos nativos foi exercido em diferentes regiões do Brasil até meados do século XVIII. A caça ao índio era um negócio local e os ganhos obtidos com sua venda permaneciam nas mãos dos colonos, sem lucros para Portugal. Por isso, a escravidão indígena foi gradativamente enfiada pela metrópole e substituída pela escravidão negra.

– Escravidão negra: a primeira leva de escravos negros que chegou ao Brasil veio da Guiné, na expedição de Martim Afonso de Souza, em 1530. A partir de 1559, o comércio negreiro se intensificou. A Coroa portuguesa autoriza cada senhor de engenho a comprar até 120 escravos por ano.

– Tráfico de escravos: essa atividade foi muito vantajosa para o comércio colonial e também para a Coroa, que ficava com parte dos lucros. O tráfico negreiro foi regularizado em 1568, pelo governador-geral Salvador Correa de Sá.

Expansão Político-administrativa: com o fim das capitânicas hereditárias, em 1548, foi instituído o Governo Geral, com a finalidade de centralização do poder, para maior controle de Portugal.

– Início: o primeiro governador geral foi Tomé de Souza, a quem coube a responsabilidade de combate à resistência dos nativos, expansão da agricultura e defesa territorial. A partir de 1720, os governadores passaram a ser intitulados **vice-rei**.

– Primeiras instituições: as primeiras câmaras municipais eram constituídas por funcionários de confiança (almotacés), juizes ordinários e vereadores. A estes, cabiam as decisões políticas e econômicas locais. Esses “homens-bons”, como também eram chamados, eram os ricos e donos das terras.

– Fim: a chegada da coroa portuguesa ao Brasil, em 1808, pôs fim ao sistema.

Expansão Territorial: esse processo se deu com a expansão das fronteiras da zona brasileira, que teve início como a chegada dos portugueses ao território, e terminou em 1750, com o Tratado de Madri. A expansão do território brasileiro se deu em função da União Ibérica (1580-1640), que invalidou o Tratado de Tordesilhas. Outros fatores que contribuíram para esse processo foram:

- multiplicidade das atividades econômicas desenvolvidas no período
- colonial expansão demográfica

– **Independência do Brasil (1822): a nomeação do príncipe regente d. Pedro I, dia do fico, reconhecimento da independência do Brasil**

Independência do Brasil

Em 7 de setembro de 1822, o Brasil se consolidou uma nação independente, a partir da proclamação de D. Pedro I, que, às margens do Rio Ipiranga, bradou o emblemático grito “Independência ou Morte”. Em 1946, foi criada uma Lei federal que instituiu a data como feriado nacional.

Nomeação do Príncipe Regente: de 1821 a 1822, D. Pedro I exerceu o ofício de príncipe regente do Brasil. O caráter provisório desse governo se deu pelo fato de que D. Pedro ainda não havia sido proclamado Imperador. Na ocasião, D. João VI deixou o comando do país a cargo do filho para poder retomar a Portugal, pois seu país enfrentava uma importante reforma política. Assim, de 7 de março de 1821 a 7 de setembro do ano seguinte, D. Pedro estivera à frente do governo no Brasil como representante direto da Coroa.

– Partida do rei: em 7 de março de 1821, D. João VI, que se encontrava morando no Rio de Janeiro, recebeu da Corte de Portugal uma ordem convocatória para que se dirigisse imediatamente à metrópole. O motivo: desde o ano anterior, associações civis e militares promoviam a Revolução do Porto, reivindicando restauração na estrutura política do país, que, assim como toda a Europa, havia sofrido sérias mudanças provocadas pelo frenesim das guerras napoleônicas, entre 1804 e 1815. O objetivo das Cortes Portuguesas era instaurar uma reforma constitucional.

Dia do Fico: assim ficou conhecido o dia 9 de janeiro de 1822, ocasião do pronunciamento de fidelidade e *permanência* D. Pedro I aos brasileiros, em oposição às Cortes Portuguesas, que queriam o regresso de seu príncipe. Na ocasião, os líderes políticos de Portugal defendiam a suspensão da liberdade econômica outorgada ao Brasil com a chegada do governo de D. João ao país, pois, para eles, o fortalecimento econômico de seu país dependia da preservação da relação de colonização com o Brasil. Como resistência, a elite brasileira criou o Partido Brasileiro, a fim de movimentar forças para preservação de seus interesses econômicos e benefícios materiais. A principal iniciativa desse grupo foi reunir um montante de assinaturas que pleiteava a permanência de D. Pedro I no Brasil — o que foi prontamente atendido pelo príncipe.

Reconhecimento da Independência do Brasil: o grito da independência foi um ato simbólico, apenas iniciando o que seria a verdadeira luta por fazer do Brasil um Estado soberano e autônomo em termos político e econômico. A fase de consolidação do Brasil como nação independente se estendeu até 1825. Entre o combate aos diversos levantes instaurados pelos portugueses, D. Pedro I chegou a buscar outras nações para que certificassem a independência do Brasil.

– Reconhecimento Internacional da Independência do Brasil: em 1824, Estados Unidos e México já tinham reconhecido essa autonomia. Os EUA, aliás, foram a primeira nação a reconhecer, oficialmente, a independência do Brasil. Esse foi o modo encontrado pelos norte-americanos para introduzirem a sua política de combate à supremacia da Europa no território continental americano.

– Tratado de Paz e Aliança: em 29 de agosto de 1825, foi assinado o acordo no qual Portugal reconhecia não somente a independência de sua ex-colônia, mas, também, a condição do Brasil como uma nova nação. Para isso, D. Pedro I contou com a Inglaterra como intermediadora e financiadora do pagamento da quantia de 2 milhões de libras requeridos por Portugal para certificar a independência do Brasil.

—Primeiro reinado (1822-1831)

O período em que D. Pedro I foi Imperador do Brasil iniciado em 7 de setembro de 1822, com a declaração da Independência, foi denominado Primeiro Reinado. Os principais marcos dessa fase foram:

– **Primeira Constituição:** promulgada em 25 de março de 1824, a primeira Constituição brasileira ficou marcada pela intensificação da autoridade imperial, pois lhe outorgava inimizabilidade e o Poder Moderador, ou seja, poder acima de outras as outras instâncias. Esse documento foi resultado do absolutismo de D. Pedro I e seu anseio por concentração do poder. Ao dissolver a Assembleia Constituinte, D. Pedro perdeu seu prestígio diante das autoridades políticas do Brasil.

– **Guerra da Cisplatina:** de 1825 a 1828, aconteceu o embate armado que, no Uruguai e na Argentina, ficou conhecido como Guerra do Brasil. Foi um conflito entre o Império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata. D. Pedro I. associou-se ao que hoje é a Argentina (antigas Províncias do Rio da Prata) na luta pela conquista território mais ao sul do Brasil, a Cisplatina. Portugal se envolveu, estimulando uma revolta contra o governo brasileiro. A economia brasileira naquele momento não tinha condições de resistir à participação da nação em um conflito dessa magnitude, e o país foi obrigado a negociar o fim do conflito com as Províncias Unidas. O resultado da negociação foi o alcance, em 1828, do reconhecimento da independência da Cisplatina sob o título de República Oriental do Uruguai. O envolvimento nessa guerra prejudicou catastróficamente o Brasil, bem como o nome do Imperador.

– **Confederação do Equador:** rebelião de caráter republicano iniciada em julho de 1824, da qual participaram aqueles que se discordavam da Constituição decretada por D. Pedro I, bem como das suas ações antidemocráticas. A revolta se espalhou pelas capitais nordestinas, região que concentrava a maioria dos insatisfeitos com o governo. O imperador, porém, reagiu com extrema violência, e, na tentativa de conter a revolta, executou muitos rebeldes.

– **Renúncia:** o efeito negativo que a Guerra da Cisplatina provocou à reputação de D. Pedro foi apenas o primeiro dos fatores que o levou a renunciar, em 7 de abril de 1831. Um ano antes, os ânimos dos opositores foram inflamados em razão da execução de Libero Badaró, um jornalista italiano famoso pelas publicações em que criticava o governo. Rumores deram conta de que o Imperador protegera o mandante da execução. Diante disso, a tensão política se intensificou ao ponto de ocorrerem, no Rio de Janeiro, embates entre civis apoiadores e opositores. Esses confrontos ficaram conhecidos como Noite das Garrafadas, e se prolongaram por 5 dias (do dia 11 ao 16 de março de 1831). O cenário de caos político levou D. Pedro a desistir do Governo no mês seguinte.

— Segundo reinado (1831-1840)

O período da história brasileira em que o país foi governado por D. Pedro II ficou denominado Segundo Reinado. Esse governo teve início com o chamado Golpe da Maioridade, em 1840, e se encerrou com a Proclamação da República em 1889. Os acontecimentos históricos que marcaram o Segundo Reinado foram:

– **Abolição da escravatura:** em 1850, foi decretada a Lei Eusébio de Queirós, que proibia a comercialização dos negros no país. Esse foi o ponto de partida para a revogação da escravidão

em terras brasileiras. Até que a abolição fosse decretada, outras leis a favor do abolicionismo foram criadas, como a Lei do Ventre Livre, Lei dos Sexagenários e a Lei das Terras. Em 13 de maio de 1888, a princesa Isabel assinou a Lei Áurea, pondo fim a 3 séculos de usufruto do trabalho escravo pelos proprietários de terra no Brasil.

– **Guerra do Paraguai:** entre 1864 e 1870. Brasil, Argentina e Uruguai, uniram-se no que ficou conhecida como Tríplice Aliança, para lutar contra o Paraguai. Embora tenha o Brasil sido vencedor do confronto, a economia e a monarquia brasileiras sofreram efeitos negativos.

– **Declínio da monarquia:** a queda dessa forma de governo no Brasil se deu em razão do seu enfraquecimento em relação aos interesses da alta sociedade econômica e política do país. A ruptura com três eixos importantes da nação, sendo eles a elite escravocrata, o Exército e a igreja foi o que tornou inevitável a queda do império. O rompimento com os militares foi o mais importante para esse fim. Desde a Guerra do Paraguai, as tropas oficiais se mostraram contrárias à coroa, e iniciaram uma conspiração opositora. Foi assim que, em 15 de novembro de 1889, o Exército, sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca, depôs o Gabinete Ministerial, viabilizando, no mesmo dia, a Proclamação da República, por José do Patrocínio.

– **Economia cafeeira:** o café era ao principal meio de produção da economia brasileira, tendo, de 1840 a 1860 o ápice da prosperidade, chamado de Era Mauá. As áreas produtoras de café do Brasil nessa fase foram: Oeste Paulista (SP), Vale do Paraíba (SP/RJ) e Zona da Mata Mineira (MG).

– **Política:** o controle da política era exercido por dois partidos: Partido Conservador e Partido Liberal; ambos atuaram no cenário político brasileiro desde o Período Regencial (Primeiro Reinado). O sistema político da época ficou conhecido como “Parlamentarismo às avessas”.

– **Primeira república (1889-1930): o primeiro governo provisório, assembleia constituinte, presidência de deodoro da fonseca, a política dos governadores, o coronelismo, movimentos tenentistas, coluna prestes, revolta da armada**

O período que ficou conhecido como Primeira República ocorreu entre 1889 e 1930, tendo-se início imediatamente após a Proclamação da República, e seu término com a Revolução de 1930, que destruiu e Washington Luís da presidência.

O Primeiro Governo Provisório: o primeiro governo republicano do Brasil teve caráter provisório, sob o comando do marechal Deodoro da Fonseca. De 1889 a 1891. As principais características e os fatos mais marcantes desse governo foram:

1. Banimento da família real do Brasil.
2. Instalação de um sistema político que distinguiu Igreja e Estado Desinstalação das instituições políticas imperiais.
3. Eleições para a formação da Assembleia Constituinte.
4. Política econômica voltada para o desenvolvimento industrial do país. Essa política se fundamentou na beneficiação de abertura de empresas, na emissão de moedas e no protecionismo alfandegário. Tais iniciativas não vingaram, o que originou a grave recessão econômica que ficou conhecida como Encilhamento. A especulação financeira e a inflação elevada foram as consequências mais prejudiciais dessa adversa política econômica.

5. Promulgação da Constituição de 1891.

Assembleia Constituinte: essa câmara foi responsável pela promulgação da nova Constituição brasileira, em 24 de fevereiro de 1891, cuja redação foi confeccionada por Prudente de Moraes e Rui Barbosa. A Carta-Magna norte-americana foi a base para esse documento, que oficializou a república no Brasil.

Presidência de Deodoro da Fonseca (1891): após a entrada da nova Constituição, Deodoro da Fonseca ficou na presidência do país por algum tempo. Esse período ficou marcado por:

- conflito de interesses políticos entre o presidente (autoritário) e o Congresso.
- degradação da crise política e econômica no país.
- estado de sítio: proclamado por Deodoro em 3 de novembro de 1891, além do fechamento do Congresso e da prisão de políticos opositores.
- resistência de setores da sociedade, militares e políticos às medidas autoritárias de Deodoro da Fonseca
- em razão da complicação da crise política e econômica, greve dos ferroviários e a ameaça da Marinha de bombardear a capital, Deodoro da Fonseca abdicou em novembro de 1891. O marechal Floriano Peixoto assumiu a cadeira presidencial.

Política dos Governadores: foi como ficou conhecido um compromisso político fixado na Primeira República. O acordo tinha a finalidade de fazer a junção dos interesses dos políticos locais marcado pelas oligarquias estaduais da época em conjunto com o governo federal, para, dessa forma, assegurar o controle do poder político.

– **Organização política:** entre 1898 e 1902, durante o mandato de Campos Salles, o governo federal associou-se às oligarquias estaduais centralizadas pelos grandes latifundiários, com o objetivo de instituir um vínculo amistoso entre as partes. A reciprocidade era bem definida: enquanto o governo federal concedia poder e liberdade política e ainda benefícios econômicos para as oligarquias estaduais, estas atuavam e favor da escolha dos candidatos por meio do voto aberto, comandadas e manipulada pelos coronéis, os quais representavam a força local.

Coronelismo: constituiu em uma atuação política amplamente praticada no período da Primeira República, assentada nos coronéis, que pressionavam seus subordinados para que dessem seu voto em favor do candidato indicado por eles. O voto de cabresto foi o emblema do coronelismo no Brasil, pois o voto aberto favorecia a intervenção dos coronéis na forma como seus subalternos votavam.

Tenentismo: foi um movimento de revolta militar e política promovido pelos oficiais rasos do exército brasileiro contrários à Primeira República. O movimento visava à reconquista do poder derrotado com a Primeira República, além de propostas políticas como:

- voto secreto
- fim da corrupção
- fortalecimento do Estado
- reforma escolar
- independência do Poder Judiciário

LEGISLAÇÃO / ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas

de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigí-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

I - prova ou aula de reposição, conforme o caso, a ser realizada em data alternativa, no turno de estudo do aluno ou em outro horário agendado com sua anuência expressa; (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

II - trabalho escrito ou outra modalidade de atividade de pesquisa, com tema, objetivo e data de entrega definidos pela instituição de ensino. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 1º A prestação alternativa deverá observar os parâmetros curriculares e o plano de aula do dia da ausência do aluno. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 2º O cumprimento das formas de prestação alternativa de que trata este artigo substituirá a obrigação original para todos os efeitos, inclusive regularização do registro de frequência. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 3º As instituições de ensino implementarão progressivamente, no prazo de 2 (dois) anos, as providências e adaptações necessárias à adequação de seu funcionamento às medidas previstas neste artigo. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

§ 4º O disposto neste artigo não se aplica ao ensino militar a que se refere o art. 83 desta Lei. (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência) (Vide parágrafo único do art. 2)

TÍTULO IV DA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

§ 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei.

Art. 9º A União incumbir-se-á de: (Regulamento)

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

II - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais do sistema federal de ensino e o dos Territórios;

III - prestar assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios para o desenvolvimento de seus sistemas de ensino e o atendimento prioritário à escolaridade obrigatória, exercendo sua função redistributiva e supletiva;

IV - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, competências e diretrizes para a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio, que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos, de modo a assegurar formação básica comum;

IV-A - estabelecer, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, diretrizes e procedimentos para identificação, cadastramento e atendimento, na educação básica e na educação superior, de alunos com altas habilidades ou superdotação; (Incluído pela Lei nº 13.234, de 2015)

V - coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação;

VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino;

VII - baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação;

VII-A - assegurar, em colaboração com os sistemas de ensino, processo nacional de avaliação das instituições e dos cursos de educação profissional técnica e tecnológica; (Incluído pela Lei nº 14.645, de 2023)

VIII - assegurar processo nacional de avaliação das instituições de educação superior, com a cooperação dos sistemas que tiverem responsabilidade sobre este nível de ensino;

IX - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino. (Vide Lei nº 10.870, de 2004)

§ 1º Na estrutura educacional, haverá um Conselho Nacional de Educação, com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei.

§ 2º Para o cumprimento do disposto nos incisos V a IX, a União terá acesso a todos os dados e informações necessários de todos os estabelecimentos e órgãos educacionais.

§ 3º As atribuições constantes do inciso IX poderão ser delegadas aos Estados e ao Distrito Federal, desde que mantenham instituições de educação superior.

Art. 10. Os Estados incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino;

II - definir, com os Municípios, formas de colaboração na oferta do ensino fundamental, as quais devem assegurar a distribuição proporcional das responsabilidades, de acordo com a população a ser atendida e os recursos financeiros disponíveis em cada uma dessas esferas do Poder Público;

III - elaborar e executar políticas e planos educacionais, em consonância com as diretrizes e planos nacionais de educação, integrando e coordenando as suas ações e as dos seus Municípios;

IV - autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar, respectivamente, os cursos das instituições de educação superior e os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

VI - assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem, respeitado o disposto no art. 38 desta Lei; (Redação dada pela Lei nº 12.061, de 2009)

VII - assumir o transporte escolar dos alunos da rede estadual, permitindo aos respectivos professores, em trechos autorizados, o uso de assentos vagos nos veículos; (Redação dada pela Lei nº 14.862, de 2024)

VIII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - articular-se com os respectivos Municípios para que o disposto no inciso VII deste caput e no inciso VI do caput do art. 11 desta Lei seja cumprido da forma que melhor atenda aos interesses dos alunos e dos professores. (Incluído pela Lei nº 14.862, de 2024)

Parágrafo único. Ao Distrito Federal aplicar-se-ão as competências referentes aos Estados e aos Municípios.

Art. 11. Os Municípios incumbir-se-ão de:

I - organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino, integrando-os às políticas e planos educacionais da União e dos Estados;

II - exercer ação redistributiva em relação às suas escolas;

III - baixar normas complementares para o seu sistema de ensino;

IV - autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino;

V - oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas, e, com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as necessidades de sua área de competência e com recursos acima dos percentuais mínimos vinculados pela Constituição Federal à manutenção e desenvolvimento do ensino.

VI - assumir o transporte escolar dos alunos da rede municipal, permitindo aos respectivos professores, em trechos autorizados, o uso de assentos vagos nos veículos; (Redação dada pela Lei nº 14.862, de 2024)

VII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, Conselhos Escolares e Fóruns dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Parágrafo único. Os Municípios poderão optar, ainda, por se integrar ao sistema estadual de ensino ou compor com ele um sistema único de educação básica.

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

II - administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;

III - assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas;

IV - velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;

V - prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento;

VI - articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola; (Redação dada pela Lei nº 12.013, de 2009)

VIII - notificar ao Conselho Tutelar do Município a relação dos alunos que apresentem quantidade de faltas acima de 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei; (Redação dada pela Lei nº 13.803, de 2019)

IX - promover medidas de conscientização, de prevenção e de combate a todos os tipos de violência, especialmente a intimidação sistemática (bullying), no âmbito das escolas; (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

X - estabelecer ações destinadas a promover a cultura de paz nas escolas. (Incluído pela Lei nº 13.663, de 2018)

XI - promover ambiente escolar seguro, adotando estratégias de prevenção e enfrentamento ao uso ou dependência de drogas. (Incluído pela Lei nº 13.840, de 2019)

XII - instituir, na forma da lei de que trata o art. 14, os Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Lei dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal definirá as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em Conselhos Escolares e em Fóruns dos Conselhos Escolares ou equivalentes. (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

§ 1º O Conselho Escolar, órgão deliberativo, será composto do Diretor da Escola, membro nato, e de representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II - demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

III - estudantes; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

IV - pais ou responsáveis; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

V - membros da comunidade local. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

§ 2º O Fórum dos Conselhos Escolares é um colegiado de caráter deliberativo que tem como finalidades o fortalecimento dos Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação, norteados pelos seguintes princípios: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - democratização da gestão; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II - democratização do acesso e permanência; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

III - qualidade social da educação. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

§ 3º O Fórum dos Conselhos Escolares será composto de: (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

I - 2 (dois) representantes do órgão responsável pelo sistema de ensino; (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

II - 2 (dois) representantes de cada Conselho Escolar da circunscrição de atuação do Fórum dos Conselhos Escolares. (Incluído pela Lei nº 14.644, de 2023)

Art. 14-A. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotarão, como princípios de gestão de suas redes de ensino, a transparência e o acesso à informação, devendo

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO: DESAFIOS ATUAIS

— Inclusão e Equidade na Educação

A inclusão e a equidade são princípios fundamentais para a construção de um sistema educacional justo e acessível. Enquanto a inclusão busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, participem integralmente do ambiente escolar, a equidade refere-se à provisão de recursos e oportunidades específicas para atender às diferentes necessidades, buscando compensar desigualdades históricas e contextuais.

No Brasil, esses desafios são ainda mais complexos devido às profundas desigualdades econômicas, sociais e culturais que afetam o acesso e a qualidade da educação.

Desigualdades Sociais e Econômicas

No Brasil, a educação é uma das áreas mais impactadas pela desigualdade social e econômica, o que se reflete no acesso desigual a recursos e oportunidades educacionais.

– **Diferenças Regionais:** Estudantes de regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, enfrentam infraestrutura precária e falta de recursos didáticos em comparação com regiões mais desenvolvidas. Essa diferença de condições afeta diretamente o aprendizado e o desempenho dos alunos.

– **Acesso a Recursos Educacionais:** Escolas em áreas urbanas e economicamente privilegiadas geralmente têm acesso a laboratórios, bibliotecas, tecnologias e atividades extracurriculares que enriquecem a experiência educacional dos alunos. Em contrapartida, muitas escolas de áreas rurais ou periféricas carecem de estrutura básica e materiais essenciais para o ensino.

– **Impacto da Desigualdade na Evasão Escolar:** Alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm mais chances de abandonar a escola, muitas vezes devido à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família. Esse cenário contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e limita as possibilidades de ascensão social.

Legislação Relacionada: O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece metas para reduzir as desigualdades educacionais, promovendo a equidade de acesso e melhoria da infraestrutura das escolas públicas, especialmente em áreas desfavorecidas.

Educação Inclusiva e Necessidades Especiais

A educação inclusiva tem como objetivo garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e outras necessidades especiais, participem integralmente das atividades educacionais, conforme o princípio de que a educação é um direito para todos.

– **Desafios de Acessibilidade Física e Pedagógica:** A acessibilidade para estudantes com deficiência requer adaptações que vão além de rampas e elevadores. A inclusão exige recursos pe-

dagógicos específicos, como material em braille, intérpretes de Libras, softwares de leitura e profissionais de apoio especializados.

– **Formação de Professores para a Educação Inclusiva:** A inclusão efetiva demanda que os professores estejam preparados para lidar com alunos que apresentam diferentes tipos de necessidades. No entanto, ainda há uma carência de capacitação específica para que os docentes possam adaptar suas metodologias e trabalhar de maneira inclusiva.

– **Ambiente Escolar e Convivência:** A inclusão implica não apenas a adaptação física e curricular, mas também a construção de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso, onde os estudantes com necessidades especiais possam desenvolver suas habilidades e se sentir integrados à comunidade escolar.

Exemplo de Política Inclusiva: A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura a todas as pessoas com deficiência o direito a uma educação inclusiva, prevendo adaptações de infraestrutura e oferta de recursos de apoio pedagógico e de tecnologia assistiva.

Diversidade Cultural e Linguística

Em um país tão diverso como o Brasil, a diversidade cultural e linguística constitui um desafio para a educação. A inclusão e a equidade demandam que o currículo e as práticas pedagógicas sejam sensíveis às diferentes culturas e idiomas representados pelos estudantes.

– **Educação Indígena e Quilombola:** A educação voltada para as comunidades indígenas e quilombolas é garantida por legislação específica, mas enfrenta barreiras práticas, como a falta de materiais didáticos adequados e professores capacitados. A valorização das línguas indígenas e a incorporação da cultura local são fundamentais para uma educação equitativa.

– **Migração e Multiculturalismo:** A presença de migrantes e refugiados de países vizinhos ou de outras partes do mundo traz a necessidade de adaptar o ensino a diferentes contextos culturais e linguísticos. É importante oferecer suporte para que esses estudantes, especialmente os de língua estrangeira, possam superar a barreira do idioma e se integrar ao ambiente escolar.

– **Preconceito e Discriminação:** Além da adaptação curricular, é fundamental trabalhar o respeito à diversidade para combater preconceitos étnicos, culturais e linguísticos. Atividades e programas que promovam a valorização da diversidade são essenciais para uma convivência saudável no ambiente escolar.

Referência Legal: A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) asseguram o direito à educação para todos, incluindo a valorização da diversidade étnico-racial e cultural nas práticas pedagógicas.

Políticas Públicas e Equidade na Educação

Para promover inclusão e equidade, as políticas públicas têm um papel crucial na elaboração de programas que contemplem a diversidade e atendam às necessidades específicas de diferentes grupos sociais.

– **Programas de Acesso e Permanência:** Ações como o Programa Bolsa Família, que auxilia na permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece merenda escolar, são exemplos de políticas que buscam garantir a equidade no acesso à educação.

– **Financiamento e Incentivos:** A alocação de recursos financeiros é essencial para promover a equidade. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e programas de incentivo fiscal para escolas que investem em acessibilidade são exemplos de esforços governamentais que contribuem para a educação inclusiva.

– **Acompanhamento e Monitoramento:** As políticas de inclusão e equidade exigem monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das medidas implementadas e ajustar estratégias conforme as necessidades. Indicadores de desempenho, como os índices de permanência e de aprovação, são importantes para avaliar o progresso e identificar áreas que ainda demandam atenção.

A promoção da inclusão e da equidade na educação é um desafio complexo que exige compromisso e esforços coordenados. Além das adaptações físicas e curriculares, é essencial uma mudança de paradigma que valorize e respeite a diversidade dos estudantes e promova um ambiente educacional acessível e acolhedor para todos.

Os desafios associados à inclusão e equidade não podem ser superados apenas com a criação de políticas; é necessária uma implementação eficaz, com financiamento adequado, monitoramento e o engajamento da comunidade escolar e da sociedade. Somente assim será possível alcançar uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

— Transformação Digital e Educação à Distância

A transformação digital e a expansão da educação à distância (EAD) estão mudando profundamente a forma como o conhecimento é transmitido e adquirido. A rápida evolução das tecnologias digitais e o aumento do acesso à internet têm democratizado o ensino, mas também trouxeram desafios, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19.

Essa transição exige uma reformulação nas metodologias de ensino, na formação dos professores e na infraestrutura escolar para garantir que todos os estudantes possam usufruir das novas possibilidades.

Acesso e Inclusão Digital

A ampliação da educação à distância no Brasil evidenciou as desigualdades de acesso à tecnologia e à internet, especialmente entre alunos de diferentes contextos socioeconômicos.

– **Desigualdade de Acesso:** Enquanto alguns estudantes têm acesso a dispositivos modernos, conexão de alta qualidade e espaços adequados para estudo em casa, muitos outros, especialmente em áreas rurais ou comunidades de baixa renda, enfrentam dificuldades para participar das aulas online. Essa desigualdade digital impacta diretamente a qualidade da experiência educacional e pode agravar as disparidades de aprendizagem.

– **Políticas Públicas para Inclusão Digital:** Para enfrentar esse problema, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para promover o acesso universal à internet e a dispositivos tecnológicos. Programas de distribuição de tablets e notebooks para estudantes da rede pública, bem como parcerias com provedores de internet para oferecer planos acessíveis, podem reduzir essa lacuna.

– **Esforço de Equidade na Infraestrutura Escolar:** Mesmo em um cenário de educação híbrida, a infraestrutura escolar deve ser adaptada para garantir que as escolas contem com equipamentos adequados, conexão estável e espaço para o uso pedagógico de tecnologias. O investimento nas escolas é essencial para que o uso da tecnologia se consolide de maneira equitativa.

Capacitação dos Professores para o Uso de Tecnologias

A transformação digital exige que os professores desenvolvam novas competências digitais e metodológicas para utilizar as tecnologias educacionais de maneira eficaz.

– **Competência Digital Docente:** É fundamental que os professores estejam familiarizados com ferramentas digitais, como plataformas de videoconferência, aplicativos educativos e softwares de gestão da aprendizagem. Cursos de formação e capacitação continuada são necessários para preparar os docentes a lidar com as demandas do ensino remoto e híbrido.

– **Integração de Tecnologias no Planejamento Pedagógico:** A tecnologia deve ser integrada de forma estratégica nas práticas pedagógicas, de modo a enriquecer o aprendizado e não apenas replicar o modelo presencial. Recursos como gamificação, realidade aumentada e inteligência artificial podem tornar o processo de ensino mais interativo e atrativo, mas requerem planejamento e criatividade por parte dos professores.

– **Desafios na Adaptação e no Uso Pedagógico da Tecnologia:** A resistência à mudança e a falta de experiência com recursos tecnológicos podem ser obstáculos para alguns professores. Para enfrentá-los, é importante que a formação ofereça suporte técnico e orientações práticas que facilitem o uso de tecnologias no cotidiano educacional.

Engajamento e Interatividade no Ensino à Distância

Manter o engajamento dos estudantes no ensino à distância representa um grande desafio, especialmente em faixas etárias mais jovens, que necessitam de interação constante para manter o interesse e a concentração.

– **Interatividade como Ferramenta para o Aprendizado:** Em um ambiente virtual, a interação entre professor e aluno pode ser limitada. Ferramentas como chats, quizzes, fóruns de discussão e atividades colaborativas online podem ajudar a tornar o aprendizado mais dinâmico e participativo.

– **Personalização da Aprendizagem:** Tecnologias de ensino adaptativo, que ajustam o conteúdo com base no desempenho e nas preferências dos estudantes, permitem que cada aluno tenha uma experiência personalizada e possa progredir no seu próprio ritmo. Isso é especialmente útil no EAD, onde a autonomia é fundamental.

– **Monitoramento e Feedback Constante:** A aprendizagem à distância exige um acompanhamento próximo do progresso dos estudantes. Sistemas de gestão de aprendizagem (Learning Management Systems, ou LMS), como Google Classroom e Moodle,

le, permitem que os professores monitorem o desempenho em tempo real e ofereçam feedback regular, o que é essencial para manter o aluno engajado e motivado.

Metodologias Ativas e Educação Híbrida

A transformação digital permite a implementação de metodologias ativas de aprendizagem, como a sala de aula invertida e o ensino híbrido, que estimulam a participação ativa dos alunos.

– **Sala de Aula Invertida:** Nesse modelo, os alunos estudam o conteúdo de forma autônoma antes das aulas, reservando o tempo com o professor para atividades de aplicação prática e discussões. Esse método é facilitado pelo uso de vídeos, podcasts e outros materiais digitais que os alunos podem acessar remotamente.

– **Aprendizagem Baseada em Projetos (ABP):** A ABP incentiva os estudantes a resolverem problemas reais e a trabalharem em projetos colaborativos, o que desenvolve habilidades críticas e criativas. Com o suporte de ferramentas digitais, como aplicativos de edição e plataformas de comunicação, é possível que os alunos trabalhem em conjunto, mesmo à distância.

– **Ensino Híbrido como Modelo Flexível:** O ensino híbrido combina o aprendizado presencial com o ensino online, permitindo uma transição mais flexível entre os dois ambientes. Essa metodologia é especialmente relevante no cenário pós-pandemia e contribui para a adaptação das escolas a diferentes contextos e necessidades dos alunos.

Privacidade e Segurança no Ambiente Virtual

O uso crescente da internet e de plataformas digitais no ensino trouxe novos desafios em relação à privacidade e segurança dos dados dos alunos e professores.

– **Proteção de Dados Pessoais:** Com a adoção de tecnologias digitais, as instituições de ensino precisam assegurar que as informações dos alunos estejam protegidas. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD, Lei nº 13.709/2018) exige que escolas e plataformas respeitem normas de segurança e privacidade para garantir o sigilo e a integridade dos dados coletados.

– **Segurança no Ambiente Virtual:** A segurança virtual deve ser uma preocupação constante, especialmente no que se refere à exposição de crianças e adolescentes. Escolas e professores precisam estar atentos ao uso de plataformas seguras e orientar os alunos sobre boas práticas de segurança digital, como evitar o compartilhamento de informações pessoais.

– **Educação para o Uso Ético e Seguro da Internet:** Além das medidas técnicas, é importante que a escola ensine aos alunos um uso responsável e seguro das ferramentas digitais, abordando temas como cyberbullying, fraudes online e ética digital.

A transformação digital e o ensino à distância oferecem novas possibilidades para o campo educacional, democratizando o acesso ao conhecimento e abrindo portas para metodologias inovadoras e inclusivas. No entanto, esses avanços só serão plenamente aproveitados se forem acompanhados por políticas públicas robustas, investimentos em infraestrutura, capacitação docente e cuidados com a privacidade e segurança dos dados.

O desafio da inclusão digital exige uma atuação ampla e coordenada, que contemple a realidade socioeconômica de cada região e priorize o acesso equitativo à educação. Nesse cenário, a formação dos professores para o uso eficaz de tecnologias e a implementação de metodologias que promovam o engajamento

e a personalização da aprendizagem são passos fundamentais para que a transformação digital contribua de fato para uma educação mais acessível, eficiente e significativa.

— Currículo e Competências para o Século XXI

O currículo escolar e o desenvolvimento de competências são áreas centrais para o avanço da educação no século XXI. Com a rápida evolução tecnológica, as mudanças nas dinâmicas de trabalho e os desafios globais, como a sustentabilidade e a convivência cidadã, os sistemas educacionais enfrentam a necessidade de se adaptar e oferecer uma formação mais ampla e integrada.

No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) serve como referência para o desenvolvimento dessas competências, buscando preparar os alunos para os desafios contemporâneos.

Competências Socioemocionais e Habilidades Interpessoais

As competências socioemocionais estão se tornando cada vez mais valorizadas, pois impactam diretamente o sucesso pessoal e profissional dos indivíduos. Habilidades como resiliência, empatia, comunicação e capacidade de trabalhar em equipe são fundamentais para que os alunos desenvolvam o equilíbrio emocional e o respeito mútuo.

– **Resiliência e Autocontrole:** A resiliência, ou a capacidade de lidar com desafios e de se adaptar a mudanças, é uma competência essencial em um mundo em constante transformação. Ensinar os alunos a gerenciar suas emoções e a manter o autocontrole diante de situações difíceis é um diferencial importante para o desenvolvimento pessoal.

– **Empatia e Habilidades de Comunicação:** A empatia permite que os estudantes compreendam as perspectivas e sentimentos dos outros, o que favorece um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor. A comunicação eficaz, por sua vez, é crucial para que os alunos consigam expressar ideias, ouvir ativamente e colaborar.

– **Trabalho em Equipe e Resolução de Conflitos:** Saber trabalhar em equipe, respeitando as contribuições dos colegas e resolvendo conflitos de forma pacífica, é essencial para o convívio em sociedade e no ambiente de trabalho. Atividades de grupo e projetos colaborativos são práticas pedagógicas que promovem essas habilidades.

BNCC e Competências Socioemocionais: A BNCC reconhece a importância das competências socioemocionais e as inclui entre as competências gerais, incentivando práticas educacionais que favoreçam o desenvolvimento emocional e interpessoal.

Competências Digitais e Letramento Digital

O letramento digital é uma habilidade fundamental para o século XXI, dado que o mundo atual é profundamente interconectado e depende cada vez mais da tecnologia. Os estudantes precisam dominar não apenas o uso básico das ferramentas digitais, mas também entender como navegar de forma crítica e ética no ambiente digital.

– **Uso Crítico e Seguro das Tecnologias:** O letramento digital vai além de saber operar dispositivos; inclui a capacidade de avaliar criticamente informações, reconhecer fake news e compreender os impactos da tecnologia na vida cotidiana. Alunos

precisam aprender a buscar informações confiáveis e a identificar possíveis riscos digitais, como privacidade e segurança de dados.

– **Competências para o Trabalho com Tecnologia:** Habilidades como programação, análise de dados e uso de plataformas colaborativas são cada vez mais exigidas no mercado de trabalho. Esses conhecimentos precisam ser incorporados ao currículo para que os estudantes estejam aptos a atuar em um mundo profissional digitalizado.

– **Cidadania Digital e Ética Online:** Ensinar os alunos a interagir de maneira ética e responsável no ambiente digital é essencial para combater problemas como o cyberbullying e para promover um uso saudável das redes sociais. A cidadania digital inclui a conscientização sobre o impacto das interações online e o respeito pelos direitos e deveres no ambiente virtual.

Exemplo Prático: Atividades de pesquisa com análise crítica de fontes digitais e debates sobre ética e privacidade online são formas de desenvolver essas competências.

Pensamento Crítico e Resolução de Problemas

O pensamento crítico e a capacidade de resolver problemas são competências-chave para que os estudantes desenvolvam autonomia intelectual e consigam questionar e solucionar os desafios que encontrarão em diversas áreas.

– **Desenvolvimento da Curiosidade e da Capacidade de Análise:** O pensamento crítico envolve habilidades de investigação, análise e síntese. Os estudantes devem ser incentivados a questionar e investigar, promovendo um aprendizado baseado na curiosidade e na análise rigorosa das informações.

– **Tomada de Decisões Informada:** Saber tomar decisões com base em dados e evidências é uma habilidade essencial. O currículo deve promover práticas que incentivem os alunos a refletirem sobre as consequências de suas escolhas, analisando diferentes possibilidades e os resultados esperados.

– **Aprendizagem Baseada em Projetos:** O aprendizado baseado em projetos (ABP) é uma abordagem eficaz para desenvolver o pensamento crítico, pois desafia os alunos a trabalhar em soluções para problemas reais, integrando conhecimentos de diferentes áreas e desenvolvendo a capacidade de análise.

BNCC e Pensamento Crítico: A BNCC incentiva o desenvolvimento do pensamento crítico e da resolução de problemas, destacando a importância de uma educação que promova a reflexão e a autonomia.

Flexibilidade, Criatividade e Inovação

Em um cenário marcado por rápidas transformações, a capacidade de adaptação e inovação é cada vez mais valorizada. A criatividade permite que os alunos explorem novas ideias e encontrem soluções originais para problemas.

– **Desenvolvimento da Criatividade:** A criatividade pode ser estimulada por meio de atividades artísticas, jogos e projetos que incentivem a expressão de ideias e a experimentação. O incentivo à criação de produtos ou à busca de soluções não convencionais fortalece essa habilidade.

– **Inovação e Adaptação:** A capacidade de inovar exige flexibilidade para lidar com o novo e adaptar-se a contextos variados. Trabalhar com projetos interdisciplinares que incentivem os estudantes a explorar diferentes perspectivas é uma maneira eficaz de promover a inovação.

– **Mentalidade de Crescimento:** O desenvolvimento de uma mentalidade de crescimento, que valoriza o esforço e o aprendizado contínuo, é fundamental para que os estudantes se tornem mais resilientes e abertos a desafios. Essa atitude é crucial para que eles enfrentem as exigências de um ambiente em constante mudança.

Aplicação Prática: Atividades como criação de protótipos, desafios de inovação e projetos em equipe estimulam a criatividade e a inovação dos alunos.

Formação para a Cidadania Global e Sustentabilidade

A educação para o século XXI deve preparar os estudantes para atuarem como cidadãos globais, conscientes de seu papel na construção de uma sociedade justa e sustentável.

– **Conscientização Ambiental e Sustentabilidade:** Compreender os impactos das ações humanas no meio ambiente e adotar atitudes sustentáveis são competências fundamentais. O currículo deve incluir temas como aquecimento global, consumo consciente e preservação dos recursos naturais.

– **Educação para a Cidadania Global:** Em um mundo globalizado, é importante que os alunos desenvolvam uma compreensão de questões globais, como os direitos humanos, a diversidade cultural e a desigualdade social. A formação para a cidadania global promove uma visão mais inclusiva e ética.

– **Responsabilidade Social e Compromisso com a Comunidade:** O engajamento em ações de voluntariado e projetos comunitários incentiva a formação cidadã e ajuda os alunos a desenvolverem o senso de responsabilidade social e comprometimento com o bem comum.

Exemplo de Atividade: Projetos interdisciplinares sobre sustentabilidade e atividades de responsabilidade social em comunidades locais são práticas que desenvolvem essas competências.

O currículo e as competências para o século XXI representam uma nova abordagem na educação, que busca preparar os alunos de maneira integral para os desafios atuais e futuros.

Para alcançar esses objetivos, é fundamental que as escolas promovam uma aprendizagem dinâmica e adaptada à realidade dos alunos, valorizando tanto as competências acadêmicas quanto as socioemocionais e digitais. A implementação bem-sucedida desse currículo depende de políticas educacionais eficazes, de um corpo docente capacitado e de uma infraestrutura adequada.

Ao integrar essas competências ao currículo, o sistema educacional pode formar cidadãos críticos, criativos e conscientes, prontos para contribuir de maneira positiva para a sociedade e enfrentar os desafios do século XXI com responsabilidade e competência.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Professor de Educação Infantil

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL

A história da educação infantil é uma jornada fascinante que atravessa séculos e reflete as transformações sociais, culturais e pedagógicas ao longo do tempo.

Na antiguidade e na Idade Média, a educação das crianças era predominantemente informal e centrada na família e na comunidade. As crianças aprendiam por meio da imitação dos adultos e participação em atividades cotidianas, como o trabalho no campo ou em oficinas artesanais. As primeiras instituições educacionais voltadas especificamente para crianças pequenas surgiram em algumas culturas antigas, como os jardins de infância na Grécia e Roma, que ofereciam cuidados e educação para crianças de famílias privilegiadas.

Com o Renascimento e o Iluminismo, surgiram novas ideias sobre a infância e a educação. Filósofos como Comenius e Rousseau defendiam a importância de respeitar a natureza da criança e proporcionar-lhe uma educação adequada às suas necessidades e interesses. No século XVIII, na Europa, surgiram as primeiras instituições educacionais para crianças pequenas, conhecidas como asilos ou creches, que ofereciam cuidados e alimentação para crianças de famílias pobres enquanto seus pais trabalhavam.

O século XIX marcou o surgimento da educação infantil como um campo distinto de estudo e prática pedagógica. Na Europa e nos Estados Unidos, surgiram as primeiras iniciativas públicas de educação pré-escolar, inspiradas pelas ideias de Froebel, criador dos jardins de infância. No Brasil, a educação infantil teve seus primeiros registros com a chegada das primeiras instituições religiosas e filantrópicas, que buscavam oferecer cuidados e educação para crianças órfãs e de famílias pobres.

No século XX, a educação infantil passou por significativas transformações, com o reconhecimento de sua importância para o desenvolvimento integral das crianças. Surgiram novas abordagens pedagógicas, como o método Montessori e o construtivismo, que valorizavam a autonomia, a criatividade e a aprendizagem ativa das crianças.

Durante o período colonial, a educação das crianças brasileiras estava restrita às famílias abastadas e às instituições religiosas, com um enfoque predominantemente religioso e moralizador. As crianças de famílias escravizadas eram excluídas do acesso à educação formal, sendo frequentemente destinadas ao trabalho desde a infância.

A partir do século XIX, com a influência das ideias iluministas e o processo de modernização do país, surgiram as primeiras iniciativas de institucionalização da Educação Infantil no Brasil. Em 1874, foi fundado o primeiro Jardim de Infância no país, no Rio de Janeiro, seguindo os moldes dos modelos europeus. No entanto, essas iniciativas ainda eram voltadas principalmente para crianças de famílias abastadas.

O século XX foi marcado pelo reconhecimento progressivo da Educação Infantil como um direito fundamental da criança. Com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) de 1990, a Educação Infantil foi reconhecida como parte integrante do sistema educacional brasileiro, garantindo o acesso e a oferta gratuita em creches e pré-escolas.

Nas últimas décadas, o Brasil tem avançado na ampliação do acesso à Educação Infantil, com a criação de políticas públicas como o Programa Nacional de Educação Infantil (Proinfância) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). No entanto, ainda há desafios a serem superados, como a universalização do atendimento, a melhoria da qualidade pedagógica e a valorização dos profissionais da Educação Infantil.

Em suma, a história da Educação Infantil é uma jornada de transformações e reconhecimento, marcada pelo esforço contínuo de garantir o direito das crianças à educação desde os primeiros anos de vida. Ao reconhecer e valorizar a importância da Educação Infantil, como um período fundamental para o desenvolvimento integral das crianças, o Brasil caminha em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e educacionalmente inclusiva.

CONCEPÇÕES DE CRIANÇA, INFÂNCIA E EDUCAÇÃO INFANTIL

— Crianças e infâncias na sociedade brasileira: um percurso histórico

A concepção de infância presente na vida social da América Portuguesa nos séculos XVI ao XVIII se dava por meio de uma multiplicidade de formas que eram características da diversidade de sujeitos e culturas presentes em nosso passado colonial. As mães nativas, pretas e brancas, tinham distintos modos de educar e cuidar suas crianças, todas elas permeadas por sua cultura e pelas diferentes formas de conceber a infância e a educação das crianças, presentes em cada uma delas¹.

Entretanto, quando voltamos nosso olhar sobre as práticas sociais dominantes naquele contexto e como estas dialogavam com aspectos mais amplos da estrutura da sociedade colonial portuguesa, tais como a religiosidade e o patriarcalismo, torna-se possível apontar aspectos de como era concebido o lugar da infância e a educação das crianças no período colonial.

O conceito de criança neste contexto limitava o período da infância aos sete anos de idade. Do nascimento aos três anos de idade, os cuidados da criança ficavam a cargo da mãe ou da ama de leite, a depender da condição social da família, e dos quatro aos sete anos de idade, a criança acompanhava a vida dos adultos, sem que lhes fossem atribuídas grandes expectativas

¹ ALVES, Kelly Ludkiewicz; e RIBEIRO, Silvanne. REFLEXÕES SOBRE CONCEPÇÕES DE CRIANÇAS E INFÂNCIAS, E A ESCOLA DE EDUCAÇÃO INFANTIL COMO REDUTO E RESISTÊNCIA DAS INFÂNCIAS. *Revista Humanidades e Inovação* v.8, n.32.

sociais. Após os sete anos, as meninas e os meninos pobres livres já começavam a participar das atividades produtivas de suas famílias e, nesse caso, poderiam ser instruídos nas primeiras letras, se o ofício assim o demandasse.

Historiadores, ao estudar o cotidiano das crianças livres, nos séculos XVI ao XVIII, destacam, entre outros aspectos, o que poderíamos chamar de um enquadramento religioso da infância, a partir de comportamentos que deveriam ser valorizados. Assim, a formação da criança estava permeada pelo discurso e pela prática religiosa com a preocupação de torná-la um adulto responsável, por meio do fornecimento de uma educação básica, preocupada com os rudimentos da leitura e da escrita e com as bases da doutrina cristã.

Apesar da forte presença dos jesuítas nas atividades de ensino durante a colonização, vale ressaltar que a preocupação com a educação das crianças, a depender da sua origem social, se estendia à atuação de mestres que ensinavam as primeiras letras aos meninos e de tutores que deveriam ensinar às meninas a costura e outras prendas domésticas, e aos meninos a ler, escrever e contar.

Além dos conteúdos valorizados para serem transmitidos ao longo da infância, com o objetivo de formar um adulto bom e cristão, o espaço das escolas existentes, a maior parte delas domésticas ou confessionais, assim como os ritos e os objetos que a compunham imprimiam ao corpo infantil experiências como as rezas, os ajoelhamentos e o benzimento com o sinal da cruz, todos eles tidos como rituais disciplinadores e protetores e como práticas esperadas dos mestres para afugentar os comportamentos desviantes.

A correção das crianças por meio dos castigos físicos era vista como forma de amor, pois se acreditava que a boa educação devia se dar por meio dos castigos e das tradicionais palmadas. A prática foi introduzida na colônia, em grande medida, por meio da educação jesuítica, sempre pronta para punir os comportamentos desviantes da criança e conduzi-la em direção à virtude.

Antes da chegada dos missionários, a prática por essas terras era desconhecida, uma vez que as crianças nativas não eram educadas por meio de castigos físicos. Após a saída dos jesuítas, a herança de tal prática na educação é estendida para as Aulas Régias, em que o uso da palmatória passa a ser o instrumento de correção utilizado pelos mestres para punir os comportamentos infantis tidos como desviantes.

Por outro lado, as festas, músicas e brincadeiras, também estavam presentes no cotidiano da educação jesuítica. Alguns jogos, brinquedos e instrumentos musicais trazidos da Europa eram utilizados na educação das crianças, sobretudo as nativas que demonstravam especial interesse pela música e pelos instrumentos.

Historiadores, ao estudar as brincadeiras no período colonial, destacam que a atuação dos jesuítas possibilitou o intercâmbio das tradições e brincadeiras entre os curumins e os “meúdos”, sobretudo as crianças órfãs que estavam sob os cuidados da ordem: O bodoque, a gaita de canudo de mamão, o pião, o papagaio, a bola, as danças, as superstições, os contos e o amálgama das relações infantis nos pátios dos colégios.

As festas em homenagem aos santos também atraíam e envolviam as crianças de distintas origens sociais nos festejos que marcavam o calendário religioso das cidades e vilas da América Portuguesa, e junto com as brincadeiras, evidenciavam

a presença da infância nos espaços públicos durante o período colonial. Os coros formados por meninos que os jesuítas levavam em suas expedições de catequese, que entravam pelas povoações, as crianças à frente, entoando as ladainhas e outras crianças rapidamente se agregavam ao séquito, pulando, cantando e dançando.

No âmbito doméstico, a convivência das crianças com os adultos era permeada por brincadeiras em que estas eram tratadas pelos mais velhos como brinquedos à sua disposição. Entretanto, também destaca-se que o discurso médico presente na sociedade patriarcal pretendia legitimar os cuidados com as crianças no que se referia à sua saúde e alimentação, tendo em vista as altas taxas de mortalidade infantil, assim como reafirmar o papel materno e das mulheres na criação e no “dengo” das crianças, ao mesmo tempo em que criticava os excessos das mães extremosas e amas negras.

Pouco a pouco, a educação e a medicina vão burilando as crianças do Brasil colonial. Mais do que lutar pela sua sobrevivência, tarefa que educadores e médicos compartilhavam com os pais, procurava-se adestrar a criança, preparando-a para assumir responsabilidades.

Uma certa consciência sobre esse preparo vai tomando forma, no decorrer do século XVIII, na vida social. O reconhecimento de códigos de comportamento e o cuidado com o aspecto exterior eram fenômenos naquele momento, em via de estruturação até mesmo entre crianças.

Tais códigos eram bastante diferenciados entre os núcleos sociais distintos: os livres e os escravos; os que viviam em ambiente rural e em ambiente urbano; os ricos e pobres; os órfãos e abandonados e os que tinham família etc. Apesar das diferenças, a idade os unia.

Aos ‘meúdos’ convinha uma formação comum, quer dizer, cristã, e as circunstâncias socioeconômicas convidavam-lhes a amoldar-se a diferentes tradições culturais e costumes sociais e educativos. Entre os séculos XVI e XVIII, com a percepção da criança como algo diferente do adulto, vimos surgir uma preocupação educativa que traduzia-se em sensíveis cuidados de ordem psicológica e pedagógica.

A concepção de infância no período colonial e nas primeiras décadas do regime imperial estava marcada pela origem social da criança e sujeita às violências sofridas pelas mulheres em uma sociedade patriarcal e machista, pois muitas crianças também eram vítimas da fome e do abandono, ao qual também estavam sujeitas suas mães, e não foram raros os casos de mendicância, tal qual vemos tristemente na atualidade.

Neste país em que a infância das crianças pobres é marcada por sua origem social e pelo preconceito racial, uma política de estado voltada para o cuidado às crianças somente começa a chegar ao Brasil nas últimas décadas do século XIX.

As creches, as escolas maternas e os jardins da infância existem aqui há pouco mais de um século, e que as características sociais e culturais, as representações e os conhecimentos sobre educação das crianças, presentes nessas terras desde o período pré-colonial, deixaram heranças que se manifestaram nas políticas educacionais, nas práticas e nas propostas pedagógicas para a melhor educação da infância, que foram debatidas e implementadas na passagem do século XIX e ao longo das primeiras décadas do século XX.

A preocupação com a infância e a educação das crianças, a partir da proposição das novas instituições para a educação popular, era destacada em publicações e jornais, como *A Mãe de Família*, que circulou entre os anos de 1879 a 1888, onde aparece a primeira referência à creche que se tem registro no Brasil.

Em uma série de 6 artigos publicados com o título de “*A Creche (asilos para a primeira infância)*”, esperava-se despertar as mães brasileiras, sobretudo as trabalhadoras, para este espaço destinado ao cuidado das crianças de até 2 anos, que era seguido pelas salas de asilo da segunda infância, destinada às crianças dos 3 aos 6 anos de idade.

A defesa perante a sociedade sobre a importância de espaços destinados à educação das crianças e de sua boa formação, evidencia, por um lado, a preocupação com a educação das crianças libertas do contexto da Lei do Ventre Livre e, por outro, prenuncia as mudanças nas relações de produção com a inserção da mulher no mercado de trabalho “formal”, sobretudo a partir das primeiras décadas do século XX.

A primeira das instituições desse tipo que se tem notícia foi o Jardim de Crianças do Colégio Menezes Vieira, aberto em 1875, na cidade do Rio de Janeiro. Na cidade de São Paulo destaca-se a criação do Jardim da Infância anexo à Escola Normal da Praça da República, em 1896, como marco do projeto educacional de seriação da escola pública destinada à infância.

O Jardim da Infância foi a primeira instituição pública voltada ao atendimento das crianças menores de sete anos e, juntamente com a Escola Anexa, tinha a proposta de ser um espaço para a formação e a prática dos normalistas, servindo também de referência para as escolas oficiais abertas posteriormente em todo o estado. Entretanto, o fato de que até o final do século XIX essas instituições estavam destinadas à atenção das crianças oriundas dos setores sociais mais privilegiados.

A proliferação de espaços, tais como as creches, os asilos de menores, as escolas maternas e os Jardins da Infância, voltados para a atenção às crianças pobres, ocorreu nas primeiras décadas do século XX em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e em diversos municípios do país. Nesse processo, enquanto as creches estavam fortemente ligadas à assistência social e às famílias oriundas de classes sociais menos favorecidas, a pré-escola sedimentava-se numa concepção preparatória e de atendimento às crianças provenientes de famílias com um maior poder aquisitivo.

A aproximação da educação com a medicina, como ciência responsável pela boa formação moral e física das crianças era defendida pelos políticos, educadores, médicos, juristas e pelos proprietários de indústrias, que buscavam reforçar a necessidade de “proteção à infância”, a partir de experiências e exemplos praticados em países da Europa como Bélgica, Itália e Alemanha, por meio da organização em torno de associações para a criação de instituições ligadas ao atendimento às crianças pobres.

O discurso desses grupos, por um lado, revela o caráter assistencialista que a educação das crianças assume nesse contexto, de forma a atenuar perante a sociedade, a ausência de uma política pública mais efetiva de atenção aos bebês e às crianças bem pequenas, sobretudo os filhos de mães trabalhadoras. Por outro lado, estava alinhado à ampla discussão sobre a escolarização da população pobre, que se estende à educação primária e circula por distintos países, por meio do

debate sobre a educação das massas populares que circulava pelos países ocidentais, baseando-se algumas delas em concepções eugenistas em torno das crianças negras e pobres.

Por meio desse debate, a educação popular passa a ganhar amplas finalidades políticas e sociais na passagem do século XIX para o XX. Podemos dizer que a sociedade urbano-industrial traz consigo a elaboração de um discurso voltado para a proteção à infância, que resulta em seu confinamento, a partir da definição de espaços destinados à sua educação, que promoveram a modernização do currículo voltado para a alfabetização e a valorização dos saberes científicos, em uma educação que deveria preparar o homem para a vida completa, mas que, nesse momento, desconsiderava as “vozes” das crianças e suas especificidades.

Ao se tratar da constituição da escola nesse contexto, fala-se sobre o processo de desenvolvimento de uma forma e de um tempo escolar, por meio da definição dos conteúdos, dos espaços e das rotinas escolares, que distanciaram a escola do âmbito doméstico, aproximando-a cada vez mais de um projeto civilizatório, constitutivo da formação da nação brasileira. Também tem sido apontado pela historiografia da educação, que as reformas pedagógicas e os estudos na forma de inquéritos, promovidos por educadores na primeira metade do século XX, se aproximaram da psicologia, voltando seus interesses para as fases do desenvolvimento da criança e a adoção de métodos pedagógicos mais considerados mais apropriados à sua educação.

Nesse aspecto, adotou-se o emprego do intuitivo, que considerava os impulsos, capacidades e fases de desenvolvimento das crianças ou, no caso dos Jardins da Infância, cuja proposta baseava-se na adoção do método froebeliano, que comparava as crianças a plantas de um jardim, das quais o professor seria o jardineiro. Este deveria estar atento às expressões das crianças e ao seu desenvolvimento, por meio de suas atividades de percepção sensorial, da linguagem e do brinquedo, que deveriam se realizar a partir de três tipos de práticas: a ação, o jogo e o trabalho.

Em outro aspecto, a historiografia da educação tem observado a constituição da escola destinada à Educação Infantil, evidenciando como o modelo de conduta, a arquitetura, o currículo, os materiais didáticos, as brincadeiras e a organização do espaço-tempo escolar imprimiram o controle minucioso sobre os corpos das crianças, as condutas e as infâncias. Nesse sentido, evidencia-se que a escola foi associada a um projeto de equilíbrio social, ocasionando a renovação dos métodos de atendimento à educação pública que “inspiraram uma nova concepção do lugar da escola na vida social”, de modo que “a ideia de fazer da escola um refúgio salvador foi, sobretudo, uma proposta de equilíbrio social”.

O processo de escolarização da sociedade moderna, sedimentado nos princípios da alfabetização e da integração social, contribuiu para transformar a infância em uma necessidade, embora em uma concepção de criança muito distante da atual, considerando-a como um devir. Nesse sentido, a integração da Educação Infantil à Educação Básica, no período de redemocratização do país, revelou-se um salto significativo para as crianças e seus direitos, uma vez que elas passaram a frequentar um espaço coletivo de aprendizagem, com inúmeras possibilidades de construções sociais e culturais formativas, necessárias ao seu desenvolvimento integral.

Por isso, a importância de analisarmos a criança como ser de direitos, por meio da abordagem sobre a constituição histórica de tal concepção até o estabelecimento da noção do direito à infância e à consideração da trajetória sócio histórica do sujeito desde o seu nascimento, como consta nas prescrições legais e nos documentos que fornecem as diretrizes educacionais para a etapa da Educação Infantil.

Tensionar no contemporâneo tal concepção e como ela atua na construção de práticas pedagógicas e culturais e, ademais, no comportamento social dos profissionais de educação e das crianças, tendo em vista a ideia de que a infância pressupõe, dentre outros aspectos, uma relação do corpo no e com o espaço, é fundamental para a discussão a fim de compreendermos a Educação Infantil e seus desafios no presente, entendendo-a como um espaço/tempo escolar no qual as crianças são e almejam ser crianças.

O CUIDAR E O EDUCAR

O EDUCAR E O CUIDAR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Embora existam situações na qual o modelo antigo ainda ocorra, que em determinados momentos há um responsável para cuidar e outro para educar, atualmente a discussão vai muito além dessa análise simplificada. Cuidar e educar, de acordo com as novas diretrizes, devem caminhar juntos. Percebe-se nos dias de hoje e apoiado nos paradigmas emergentes da complexidade (DEMO, 2002; MORIN, 2002) e da visão sistêmica relacionada ao ser vivo (CAPRA, 2001; CAPRA, 2002; MATURANA & VARELA, 2001), o indivíduo como ser global, não fragmentado e não linear, em todos os momentos e em todas as situações, ou seja, cuidar e educar, contemplando de forma democrática todas as diferenças e, ao mesmo tempo, a natureza complexa do indivíduo. Plenamente entendidas e aplicadas, cuidar e educar caminham simultaneamente e de maneira indissociável, possibilitando que ambas as ações construam na totalidade, a identidade e a autonomia da criança.

A ação conjunta dos educadores e demais membros da equipe da instituição é essencial para garantir que o cuidar e o educar aconteçam de forma integrada. Essa atitude deve ser contemplada desde o planejamento educacional até a realização das atividades em si.

Nesse constante fazer dentro da instituição educacional, há momentos em que uma ação pedagógica incisiva se faz necessária, pois o educador, em algumas situações, necessita cobrar dos pais e demais profissionais, atitudes que visam ao melhor desenvolvimento da criança. Essa ação, por vezes, não é bem aceita. A família se sente invadida na sua intimidade, recusando-se a enxergar o que não dá mais para esconder e, nesse momento, o educador incomodado com o descaso por parte da família, se pergunta: Afinal, quem cuida? Quem educa?

Torna-se necessária uma parceria de todos para o bem-estar do educando. Cuidar e educar envolve estudo, dedicação, cooperação, cumplicidade e, principalmente, amor de todos os responsáveis pelo processo, que se mostra dinâmico e em constante evolução.

Por outro lado, é imprescindível conhecer a natureza e as raízes históricas da educação infantil, os desdobramentos da prática educacional nas instituições responsáveis e as influências

que exerceram e ainda exercem nas diretrizes pedagógicas dessa área. Além disso, há necessidade de caracterizar amplamente o conceito, a especificidade e as peculiaridades do cuidar e do educar no contexto contemporâneo da prática pedagógica, baseando-se nos autores que discutem essa questão e na legislação atual.

HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

As instituições de educação infantil nasceram na França, no século XVIII, em resposta à situação de pobreza, abandono e maus-tratos de crianças pequenas, cujos pais trabalhavam em fábricas, fundições e minas, criadas pela Revolução Industrial. Todavia, os objetivos e formas de tratar as crianças dos estratos sociais mais pobres da sociedade não eram consensuais. Setores da elite defendia a ideia de que não seria bom para a sociedade como um todo, que se educasse as crianças pobres, era proposta a educação da ocupação e da piedade (OLIVEIRA, 1995).

Durante muito tempo, as instituições infantis, incluindo as brasileiras, organizavam seu espaço e sua rotina diária em função de ideias de assistência, de custódia e de higiene da criança. A década de 1980 passou por um momento de ampliação do debate a respeito das funções das instituições infantis para a sociedade moderna, que teve início com os movimentos populares dos anos 1970 (WAJSKOP, 1995).

A partir desse período, as instituições passaram a ser pensadas e reivindicadas como lugar de educação e cuidados coletivos das crianças de zero a seis anos.

A abertura política permitiu o reconhecimento social desses direitos manifestados pelos movimentos populares e por grupos organizados da sociedade civil. A Constituição de 1988 (art. 208, inciso IV), pela primeira vez na história do Brasil, definiu como direito das crianças de zero a seis anos se idade e dever do Estado o atendimento à infância.

Muitos fatos ocorreram de forma a influenciar essas mudanças: o desenvolvimento urbano, as reivindicações populares, o trabalho da mulher, a transformação das funções familiares, as ideias de infância e as condições socioculturais para o desenvolvimento das crianças.

Constituir-se em um equipamento só para pobres, principalmente no caso das instituições de educação infantil, financiadas ou mantidas pelo poder público, significou, em muitas situações, atuar de forma compensatória para sanar as supostas faltas e carências das crianças e de suas famílias. A tônica do trabalho institucional foi pautada por uma visão que estigmatizava a população de baixa renda. A concepção educacional era marcada por características assistencialistas, sem considerar as questões de cidadania ligadas aos ideais de liberdade e igualdade.

Modificar essa concepção de educação assistencialista significa atentar para várias questões que vão além dos aspectos legais. Envolve, principalmente, assumir as especificidades da educação infantil e rever concepções sobre a infância, as relações entre classes sociais, as responsabilidades da sociedade e o papel do Estado diante de crianças pequenas.

Embora haja um consenso sobre a necessidade de que a educação para as crianças pequenas deva promover a integração entre os aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivos e